

**TRADUÇÃO LEIGA:** Sallaberger, W. – “The palace and the temple”. In: Leick, G. (ed.) – *The Babylonian world*. New York: Routledge, 2009 (p. 265-275).

## CAPÍTULO 18

### O PALÁCIO E O TEMPLO NA BABILÔNIA

Walther Sallaberger

Duas instituições dominaram a Babilônia, o palácio e o templo, representando o poder político e o centro religioso, respectivamente. Como sede do poder político, o palácio abrigava o rei e sua corte. Nos templos as dezenas, até mesmo centenas, de deuses da Babilônia eram venerados, o deus principal da cidade ou os deuses menores, em santuários menores.

Tanto o palácio quanto o templo podem ser entendidos como casas de tamanho exagerado, tendo em vista que uma de suas funções era servir de lugar para morar: seja para o rei, seja para a divindade. Portanto, o layout simples de uma casa babilônica também pode ser identificado nas dimensões gigantescas do palácio ou do templo: os cômodos posicionados ao redor de um salão central, com uma sala de recepção central, oposta à entrada. O senhor da casa vivia em sua morada correspondente: o rei com sua família, incluindo um grande número de mulheres, as esposas, filhas, amas de leite, suas damas de companhia, junto de todos os servos e oficiais responsáveis; e o deus com seu consorte divino, a referência principal para todas as mulheres da cidade, seus filhos e serviçais divinos.

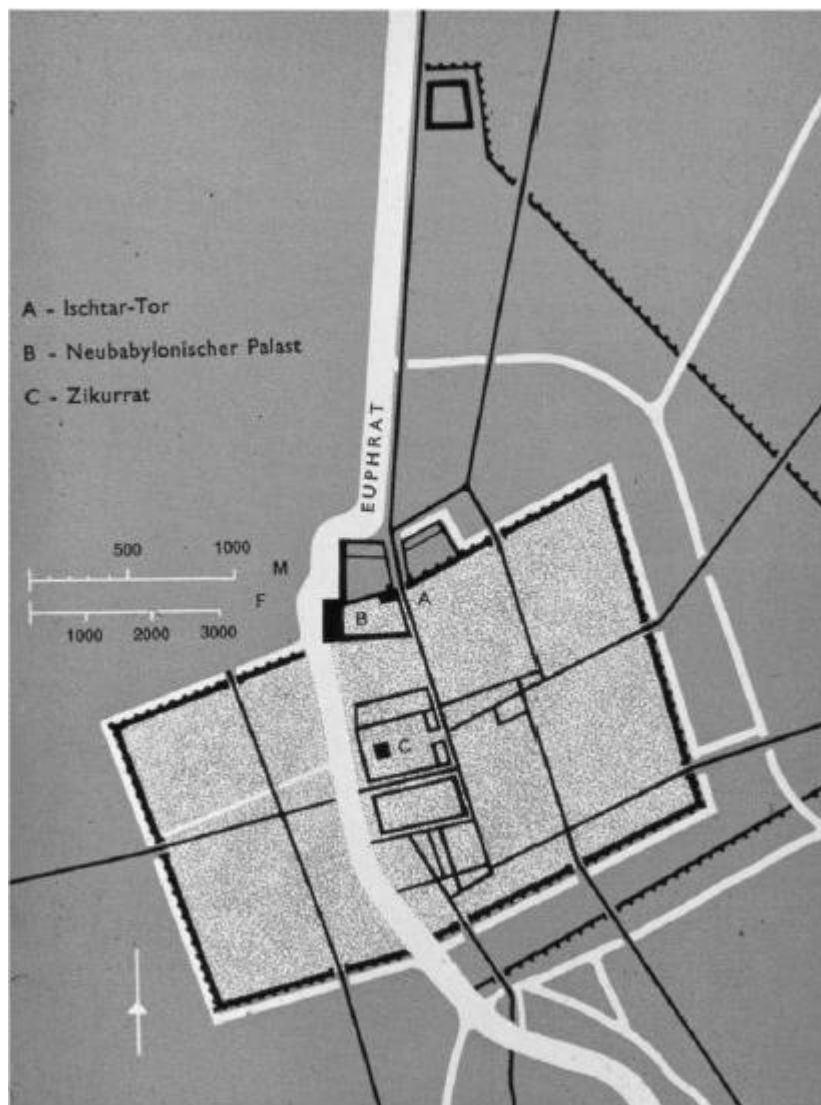
#### O TEMPLO NA CIDADE

Em uma cidade babilônica grande era normal encontrar muitos templos, porém somente um palácio. Este último não era restrito somente à capital real do Estado, o rei possuía palácios em muitos lugares e também governadores provinciais podiam construir os seus.

As funções diferentes do palácio e do templo na sociedade se tornam imediatamente claras depois de observar o mapa de qualquer cidade babilônica (veja Figura 18.1). Como exemplo tomemos a Babilônia no primeiro século, a época de sua extensão máxima, contendo os principais palácios dos reis caldeus, de Nebuchadrezzar e

de sua dinastia. Os palácios ocupavam uma posição proeminente no canto noroeste da cidade, nas margens do rio Eufrates e em ambos os lados da rua principal. Os espaços de moradia (tradução livre, original: *living quarters*) eram separados do palácio, que era ele próprio rodeado por imensas muralhas. Este fato serve para expressar a distância e separação que caracterizavam o poder real.

Marduk, deus da Babilônia e, no primeiro milênio, o divino chamado de Bel, “Senhor”, venerado altamente em toda a nação, ocupava o centro da cidade: o grande quarteirão templário ocupava uma porção impressionante da área habitada da Babilônia.



**Figura 18.1** Reconstrução do mapa da Babilônia no primeiro milênio.



**Figura 18.2** Modelo do santuário de Marduk na Babilônia (em cima); o Passo de Procissão e o Portão de Ishtar (embaixo) (H. Schmökel, *Ur, Assur, und Babylon* Tf. 114).

Todo templo era vinculado ao seu lugar tradicional e era mandatório que fosse respeitado o posicionamento a cada reconstrução. O imenso templo da principal divindade também era a principal construção pública de qualquer cidade, localizado sempre em seu centro e rodeado de um amplo espaço aberto, talvez o único grande espaço aberto. O templo-torre da Babilônia, a *ziggurat*, com uma base de mais de noventa metros quadrados, subia, em sete grandes níveis, à uma altura de provavelmente sessenta e seis metros como uma imensa montanha de tijolos, decorada do lado de fora (Allinger-Csollich 1998). Os templos-torre das principais cidades babilônicas eram então os marcos mais proeminentes da paisagem de planície aluvial.

A posição dos templos é uma clara expressão de sua função como foco identitário da cidade. A divindade principal de uma cidade, junto de sua mulher, filhos e seus serviçais divinos, podia constantemente proteger os cidadãos, e as pessoas podiam facilmente conectar com seus deuses. Todos participavam do festival anual quando o deus saía de seu templo em procissão, comida e cerveja eram distribuídas de forma generosa.

A presença do deus da cidade também era sentida na vida cotidiana. Juramentos eram proferidos em nome do deus da cidade, e não somente processos legais, mas sim qualquer simples ação legal, como casamento, adoção ou venda, requeria um juramento. A presença do deus em casos legais era garantida pela presença de algum símbolo do deus, como um estandarte ou arma (Veenhot 2003). O deus da cidade geralmente era mencionado em saudações, somente de nosso conhecimento através de sua forma escrita, em cartas de negócios ou de assuntos pessoais. Uma carta babilônica padrão para um colega ou membro da família geralmente era iniciada com desejos positivos (tradução livre, original: “good wishes”), como “Que o deus Marduk o mantenha em boa saúde!” (Velha Babilônia) ou “ Que Marduk e Nabû {i.e. filho de Marduk} abençoem seu pai!” (Neo-Babilônia). Finalmente, um grupo grande de pessoas revelaria o nome do deus de sua cidade simplesmente ao apresentarem seus nomes (Edzard 1998). Nomes babilônicos muitas vezes incluíam um nome divino, e muitos cidadãos incluíam no nome de seus filhos o nome do deus da cidade, em respeito à atenção e cuidado da divindade para com o seu povo; desse modo os nomes babilônicos acabavam sendo na realidade pequenas frases como Marduk-apla-iddina “Marduk me deu um herdeiro”, Ina-Esagil-shuma-ibni “Em Esagil {i.e. o templo de Marduk} ele criou o nome {i.e. a criança}”, ou Nabû-balata-iqbi “Nabû proferiu vida”.

A conexão íntima entre o deus em seu templo e a cidade permaneceu basicamente constante pelos milênios, de modo que deus e cidade podiam quase se tornar sinônimos. Não existem dúvidas de que o deus e seu templo se tornaram os verdadeiros símbolos de uma cidade para todos os seus habitantes. Essa conexão entre um deus e a sua cidade, na Babilônia, podia de vez em quando ser detectada nos sinais cuneiformes usados para representar uma cidade ou um deus. Desse modo, a cidade do deus sol, Larsa, é escrita com uma combinação do sinal de “sol (deus)” e de “morada”; se esse mesmo sinal de “morada” ou “lugar” for combinado com o estandarte de Inana, resulta no nome da cidade de Inana, Zabalam, ou então com o estandarte do deus lua Nanna, o ideograma resultado é o da cidade do deus lua, Ur (Michalowski 1993). Por outro lado, um deus principal poderia ser chamado simplesmente de “Senhor” de sua cidade, como Ningirsu, que é

“Senhor (da cidade) de Girsu” ou Nin-Nibru “Senhora (da cidade) de Nippur”. Esses exemplos indicam que a conexão íntima entre uma cidade e sua deidade se desenvolveu pelo menos no primeiro estágio do desenvolvimento da escrita, por volta de 3000 AC ou no início do terceiro milênio.

Um número considerável de pessoas, especialmente das “melhores” famílias participavam do abastecimento diário do templo (Jursa 1995; Bongenaar 1997). A deidade literalmente vivia no templo e, portanto, era servida bebidas e comida muitas vezes ao dia. Os oferecimentos diários eram preparados pelos cidadãos que detinham o respectivo direito e a eles era permitido usar as sobras da refeição divina. Tais prebendas, recompensas dos serviços diários, podiam ser herdadas ou vendidas (van Driel 2005). Também os funcionários do templo recebiam porções diárias de comida, provenientes dos ganhos do templo. Um templo abrigava artesãos, como carpinteiros ou fazedores de cestas, para sua manutenção e eventuais reparos, moleiros, padeiros e cervejeiros na produção de alimentos, guardas, porteiros e “responsáveis pelo jardim” (tradução livre, original: *courtyard sweepers*) para cuidar do templo. Os campos do templo eram cultivados por agricultores e seus atendentes. Ainda, o templo cuidava de órfãos, cegos e idosos; aparentemente, ao sustentar o templo, o rei cumpria sua promessa de cuidar dos pobres e negligenciados e das viúvas e órfãos de sua terra (cf. Zettler 1992). Todas essas pessoas ligadas ao templo que não exerciam função sacerdotal viviam dos recursos do templo.

Templos empregavam cantores e músicos, e eles deviam cantar regularmente os hinos e preces adorando aos deuses. Os sacerdotes serviam a comida aos deuses e auxiliavam nos ritos que eram executados pelo sumo sacerdote e sacerdotes purificadores (Sallaberger e Huber-Vulliet 2005). Ao observar o templo da perspectiva das pessoas que viviam no espaço do templo e de seus recursos, se torna óbvio que um templo babilônico era muito mais do que a morada do deus. O templo como importante empregador é certamente somente um dos aspectos de sua relevância social, mas não é o último que pode ser somado aos pontos tratadas à cima.

## RELIGIÃO NO PALÁCIO

Como vimos, um templo babilônico era muito mais do que uma instituição religiosa. Por outro lado, como vamos discutir a seguir, a religião também não era de modo algum restrita ao templo. Religião pode ser entendida como uma característica proeminente da cultura babilônica, de modo que não poderia existir de forma

independente da cultura em si: ser um babilônio significava acreditar nos deuses babilônicos. Então, o chamado centro político do território, o palácio, era sempre um centro religioso também. O rei agia por sua terra e por seu povo perante aos deuses, e os imortais concediam saúde e fertilidade ao rei, como representante de seu reino. Fazia parte desse papel a participação do rei nos festivais estatais no templo, principalmente o festival de ano novo na Babilônia. Todo ano o rei devolvia suas insígnias ao deus e, depois de jurar que não havia feito mal à Babilônia, ele as recebia novamente, renovando seu cargo. O rei divino Marduk e o governante terreno desciam da morada divina juntos, de mãos dadas, para a procissão do festival, e no “socle of destinies” no jardim central do monumental santuário de Marduk na Babilônia, o deus pronunciava o destino do rei para o próximo ano. Desse modo, no festival anual, na Babilônia, o rei era apresentado como aquele coroado e protegido pelo governante divino (Black 1981; Pongratz-Leisten 1994).

O rei como único representante de seu povo, precisava de proteção especial, e por conta disso, especialistas religiosos estavam presentes no palácio para explorar a vontade dos deuses e dissipar o mal. A vida religiosa na corte real é melhor conhecida para o palácio assírio do século sétimo AC, mas como os rituais do “adivinho” (tradução livre, original: *diviner*) e do exorcista eram, por via de regra, de origem babilônica, nós podemos assumir com segurança que uma vida religiosa similar também existia no palácio babilônico. Isso é confirmado por inscrições de reis babilônicos e por referências acidentais em vários tipos de texto. O adivinho tinha que confidenciar as decisões dos deuses, seja a respeito de eventos passados ou futuros. O método mais comum de obter esse conhecimento era através da “leitura de tripas animais” (tradução livre, original: *extispicy*) (Maul 2003 e este volume). Nessa técnica de previsão do futuro, a formação e as rugas do fígado fresco eram entendidas como mensagens dos deuses que somente poderiam ser decifradas por especialistas altamente treinados, os “seers”. Eles tinham que trabalhar rapidamente, uma vez que depois de um curto período de tempo a superfície rugosa do fígado se tornava lisa e a “escrita” desaparecia. O adivinho era consultado antes da tomada de importantes decisões, como uma expedição militar ou a escolha de um novo oficial. No caso de qualquer mal que tenha se abatido sobre o rei, uma doença ou então sinal de agouro maligno, o exorcista ou o sacerdote de encantamentos era chamado para executar os rituais apropriados para expulsar esse mal e permitir o retorno do deus pessoal do rei. Esses especialistas religiosos não eram ligados ao templo e eles ofereciam seus serviços para qualquer um que pudesse pagar. Porém, os mais habilidosos dos especialistas eram sempre colocados à serviço do palácio.

Habitações privadas podiam incluir pequenos santuários nos períodos mais antigos da Babilônia, da mesma forma, um palácio poderia abrigar santuários para as divindades protetoras da família real. Na Babilônia, isso parece ter acontecido desde os períodos mais antigos até o início do segundo milênio. Também, o culto aos ancestrais da família era um dever religioso respeitado tanto no palácio, como em qualquer outra residência: os ancestrais do mestre da “casa” (tradução livre, original: *household*) eram venerados e seus nomes eram entoados, de modo que escapavam ao esquecimento, situação que toda pessoa desejava em seu futuro (Radner 2006).

Em resumo, o palácio era um importante centro religioso na Babilônia. Seu papel religioso, porém, se diferenciava principalmente em escala, mas não menos em substância, daquele das habitações privadas e de seus habitantes. O caráter único da figura do rei na sociedade babilônica, porém, indica a sua importância como figura religiosa.

### O PALÁCIO NA VIDA DOS BABILÔNIOS

Na Babilônia, “o palácio” não era apenas uma construção, mas também uma instituição que podia, por exemplo, “vender” bens ou “escrever tabletes” para registrar a propriedade de um campo. O palácio como trono do governante controlava a lei e a ordem na Babilônia, e a figura do rei era a autoridade jurídica de mais alto nível. Desse modo, o palácio lançava várias normas regulatórias para a nação, mas também servia de mais alta corte jurídica (Westbrook 2003). Nesse sentido, o palácio real na Babilônia era altamente respeitado pelos seus habitantes: era um receio geral que seu caso legal acabasse indo parar na Babilônia. Cartas pessoais do período da Velha Babilônia aludem à essa função em várias ocasiões, e é possível encontrar frases em tom de ameaça, como “se não for dessa maneira, escreverei ao palácio” ou “as requisições do palácio da Babilônia estarão além de suas capacidades” (Sallaberger 1999: 251).

O respeito prestado ao palácio pelos babilônios não se baseava apenas em sua função jurídica. Em razão de sua concentração de poder econômico, o palácio empregava as melhores e mais influentes personalidades de todo o reino. De modo que parece ter sido o sonho babilônico “subir” à Babilônia e se instalar no palácio, e aqueles que viam sucesso nisso levavam consigo os “desejos de boa ventura” (tradução livre, original: *good wishes*) de seus parentes e clientes. Isso fica claro em uma saudação presente em uma carta da Velha Babilônia: “As divindades protetoras de meus antepassados derramam sobre você, meu pai, uma vida (ainda mais) longa, na velhice, acompanhada de uma boa reputação no palácio em que caminhas!” (Kraus 1964: n. 15).

Também em sentido econômico o palácio era central na vida dos babilônios: o dono último de toda a terra era o rei, que então às concedia a seus súditos que, por sua vez, eram obrigados a executar trabalho de corveia. O palácio coletava os impostos dos mais variados tipos. No período da Velha Babilônia, diversos setores econômicos não eram controlados pelo palácio, mas confiados à empreendedores. Esses empreendedores deveriam entregar os bens produzidos, sejam eles provenientes da agricultura, criação de gado, cultivo ou pesca direta de peixes, ou então seu equivalente em ouro (Renger 2004). Desse modo, todo o excedente da produção econômica do reino era coletado pelo palácio. Somente parte desses bens era armazenado, uma vez que eram também os responsáveis por cobrir os custos do Estado.

### O TESOURO DO PALÁCIO

Os arquivos cuneiformes de textos administrativos encontrados nos palácios são primariamente dedicados ao registro de um tipo particular de bem, aqueles que poderíamos chamar de bens de prestígio ou de luxo. Isso mostra claramente que a administração de bens, como por exemplo os artigos têxteis e pedras preciosas, assim como o de iguarias, era uma parte integral das funções do palácio. Essa situação pode ser observada em todo o antigo Próximo Oriente de forma impressionantemente constante e contínua.

Esses bens de prestígio, obviamente, não serviam às necessidades básicas de alimentação, vestimenta e ferramentas de uso diário, mas, ao contrário, eles se destacam por serem ao mesmo tempo “inúteis” e imensamente valiosos. O caso menos óbvio talvez seja o de incluir a carne como bem de luxo. Precisamos sempre nos lembrar de que a carne não era presença comum na alimentação do homem comum. Das iguarias servidas no palácio, vale a pena mencionar que o vinho era muito mais presente que a cerveja, bebida mais comum. Objetos de prata e ouro eram de alto valor em razão do material usado. Metais preciosos tinham de ser importados, mas a prata ainda assim era a moeda padrão na Babilônia, salvo em uma pequena janela temporal em que o ouro ocupou seu lugar. Bens têxteis são mais difíceis de avaliar, a chave é levar em consideração a imensa quantidade de mão de obra envolvida na confecção das peças mais valiosas. Também, metais preciosos eram transformados em obras primas de artesanato, como joias e “recipientes” (tradução livre, original: *vessels*), e os textos transbordam de citações a respeito de figuras decorativas, mosaicos e granulações. As mulheres tecelãs e os ourives que trabalhavam no palácio eram também sustentados pelos impostos coletados, e o tanto



de trabalho investido aumentava substancialmente o valor das peças do tesouro do palácio. Ainda que somente o palácio tivesse a capacidade de adquirir e produzir tais bens em alto nível, a produção envolvia diversos outros artesãos e trabalhadores especializados, de forma que outros segmentados da população também acabavam participando da economia palaciana.

Os bens preciosos não eram apenas armazenados nas câmaras de tesouro do palácio. Isso iria na contramão da natureza dos bens de prestígio, que precisam ser constantemente mostrados para que tenham seu efeito de esplendor excessivo e, assim, de poder. Esse princípio de consumo conspícuo, apresentações múltiplas dos bens adquiridos, é explorado na brilhante análise de Thorstein Veblen em seu “Theory of the Leisure Class” (1899). Por questão de princípio, bens de prestígio são sempre diametralmente opostos daqueles úteis e produtivos. Isso em relação tanto ao caráter dos bens, quanto aos seus usuários. Veblen aponta “em seu mundo contemporâneo” (tradução livre, original: *in his contemporaneous world*) para mulheres, servindo por razões de prestígio e livres dos deveres ordinários; para o exército de serviçais; os membros de uma classe de elite que não se ocupam de trabalho produtivo.

É importante frisar que somente o palácio podia distribuir tais tesouros. De fato, a corte seguia as normas sociais comuns e as convenções, de modo que presentes também são encontrados em outros níveis da sociedade. Porém somente o palácio fazia com o que despendimento de bens fosse de tamanho volume que acabasse sendo regularmente documentado nos textos administrativos. E, dentre todas as instituições da Mesopotâmia, incluindo o templo, somente o palácio podia distribuir tesouros. Os templos controlavam a agricultura, eles recebiam ricas doações do governante, inclusive em ouro e prata, e dessa forma serviam como espécie de câmara de tesouros, mas não podiam passar adiante estes bens.

Nem todos os tesouros recebidos pelo palácio eram armazenados ali, parte deles era distribuída. Chama a nossa atenção que, não somente os materiais abordados pelos textos administrativos do arquivo do palácio, mas também os recebedores dos bens, sejam impressionantemente constantes por toda a história da Babilônia.

Uma boa parte dos bens era entregue aos deuses dos templos: carne ou outras iguarias para oferendas, ou ouro e prata “em dedicatórias” (tradução livre, original: *as dedications*). Isso vai ao encontro de nossas expectativas, uma vez que o governante devia seu cargo, a estabilidade de seu governo e o bem-estar de seu reino aos deuses. Desse

modo, os deuses recebiam sua justa parte dos bens preciosos que eram produzidos pelas forças combinadas de toda a população.

O palácio também gastava parte de seu tesouro em “compras”. Mas, talvez de forma contrária às nossas expectativas, o palácio não gastava sua prata apenas com bens de necessidade e matéria prima, especialmente estanho para produção de cobre, mas também em produtos de luxo como lápis-lazúli, animais de montaria caros e bens têxteis. Os mercadores mesopotâmicos adquiriam os bens que não eram encontrados na planície aluvial, como madeira e resinas, pedras e metais, nas cadeias montanhosas ao leste. Boa tarde desse comércio era ligada diretamente à economia de prestígio do palácio.

Têxteis e joias podiam servir de presente para pessoas. Em grande parte, os presentes deixavam o reino e eram dados a outros governantes e às suas cortes, ou então à mensageiros e representantes, vindos do estrangeiro para visitar a corte real. Os escribas dos textos administrativos pertinentes às vezes registravam que esses presentes eram enviados em ocasiões de nascimentos, casamentos, doenças ou então de morte na família. Com certeza, após passado tempo apropriado, os recebedores dos presentes retribuía sua dívida com um contra-presente de acordo com os costumes e expectativas; e esses presentes eram registrados nos textos administrativos como bens importados. Visto em perspectiva estritamente econômica, isso pode parecer uma troca de soma zero, sem lucro ou perda, mas pelo menos produtos típicos de sua região remetente eram trocados. Para mencionar um exemplo: Na Idade do Bronze Tardia, o século quatorze AC, alguns documentos esclarecem a troca entre as cortes da Babilônia e do Egito. Neles, a Babilônia enviava lápis-lazúli, que tinha adquirido do Egito, e o faraó egípcio retornava o altamente desejável ouro à Babilônia. As cartas trocadas entre as cortes nos dão uma vívida descrição da troca. O rei babilônico reclama:

Mas agora, quando lhe enviei um mensageiro, você o manteve em cárcere por seis anos, e você me enviou como meu presente-saudação, a única coisa em seis anos, 30 minas de ouro da qualidade da prata ... Quando você celebrou um grande festival, você não enviou seu mensageiro a mim, dizendo, “Venha comer e beber”. Nem você enviou meu presente-saudação em conexão com o festival. Foram somente 30 minas de ouro o que você me enviou.

E ele finalizou a carta: “10 bigas de madeira e 10 times de cavalos eu lhe envio como seu presente-saudação” (Moran 1992: EA 3). A carta não esconde o propósito da troca de presentes: serve para a manutenção da boa relação, “irmandade”, a troca

constante de presentes. Desse modo, as riquezas enviadas provam ser também sábios investimentos no futuro político do próprio reino.

Outro grupo de recebedores mencionado nos textos administrativos é o de moradores do próprio reino do governante. Para entender tais presentes, precisamos nos ater ao caráter ambivalente do ato. O benefício material vem sempre acompanhado da obrigação de retribuir o gesto. O débito não precisa necessariamente ser pago de forma material imediatamente, porém dessa maneira, mantendo o status de devedor para sempre, também se mantinha permanente o laço de obrigação para com o governo. Ao distribuir generosamente presentes entre sua população, o governante estava também gerando um capital simbólico que só facilitava o exercício de seu poder. Quem recebia os preciosos presentes de têxteis e joias da corte real? Em primeiro lugar, a família do governante, sua esposa e sua mãe, filhos e filhas, e amas de leite. Nascimento, casamento, festivais, doenças e mortes eram ocasiões que permitiam o envio de presentes a outros cortesãos, assim como à membros da família e aos mais altos dignitários do palácio. Ocasões pessoais, não contextos políticos, serviam de pano de fundo para os presentes; porém as relações próximas entre os membros da família e com o alto oficialato eram também o firme fundamento de qualquer tipo de exercício de poder.

O estudo de arquivos administrativos leva ao reconhecimento do importante papel que tinha o exército: generais estavam entre os mais importantes recebedores de presentes; sucesso militar era motivo de festivais onde presentes eram distribuídos, e até mesmo o mensageiro portador de boas novas era recompensado. Grandes quantidades das melhores comidas, especialmente de carne, eram presenteadas ao exército quando este era “convidado” pelo palácio. A “refeição do rei” no palácio de Mari era uma oportunidade de exibir a riqueza do palácio, através da riqueza da comida oferecida. Era também uma oportunidade de mostrar a elite do reino, que era convidada para os banquetes com os generais do exército e com os mensageiros estrangeiros.

Os funcionários administrativos do palácio recebiam esse tipo de bem ocasionalmente e sacerdotes são mencionados raramente como recebedores. Sem dúvidas, os funcionários de culto recebiam alguma parte das oferendas do templo, mas aparentemente o rei não tinha interesse em colocar em posição de devedor os altos sacerdotes, através de subornos de bens preciosos.

E, finalmente, um outro grupo também aparece regularmente entre os recebedores de bens de prestígio, aquele dos artistas de performance, como cantores, musicistas,

dançarinos e acrobatas. A arte era ligada ao palácio, e a decoração de recipientes metálicos e, provavelmente, dos têxteis é outro sinal dessa ligação.

Mesmo os bens de prestígio estando concentrados em uma restrita classe superior, eles determinavam a economia e a sociedade de todo o reino. Sua aquisição por meio de comércio e troca de presentes, e sua produção acabavam envolvendo todos os recursos disponíveis. Esses bens podiam ser distribuídos para mais pessoas além de um seletivo grupo no centro do poder, caso levemos em conta recebedores como os mensageiros ou os membros do exército. E, além, festivais eram também ocasiões de distribuição dos bens preciosos do palácio para toda a população. Esses bens serviam a um propósito mais importante do que o econômico, uma vez que os presentes do governante eram também um meio de consolidar e fortalecer a sociedade.

### O GOVERNANTE E O TEMPLO

O palácio era a casa e o centro de governo do rei e, portanto, seu tesouro era usado para erigir construções das mais largas dimensões e para embelezá-las com as melhores obras de arte ou, ainda, para reunir ali coleções de plantas e animais raros. Curiosamente, a construção de um palácio é dificilmente tópico principal nas inscrições dos reis babilônicos, um fato que os distingue dos assírios. Reis babilônicos dedicavam mais esforço para os grandes e venerados templos dos deuses e ao seu equipamento, com objetos de culto como tronos ou harpas para a deidade. Esse comportamento vai de acordo com a auto-apresentação dos reis babilônicos em seus textos como sendo protegidos e guiados pelos deuses e tendo seus feitos considerados, mais ou menos, como consequência clara do poder e do status deles, mas não feitos históricos. Inscrições reais eram escritas principalmente em material durável como pedra, metal ou objetos de argila cozida, de modo a garantir a preservação do nome do governante para sempre, no contexto de dedicação aos eternos deuses.

O cuidado do governante para com os deuses era baseado em ideologia, mas não era restrito a isso. A questão ideológica sempre determinava a distribuição de recursos, de modo que o papel dominante dos deuses na visão de mundo babilônica refletia no fato de que os mais impressionantes projetos reais de engenharia serem a construção e o equipamento de templos. Além, a mobília sagrada era doada pelo rei, e, em várias ocasiões objetos preciosos como vasos de ouro e prata ou joias eram ofertados aos templos. Junto do oferecimento de novas construções ou objetos de culto, o rei normalmente bancava o templo com concessões de terras ou outras fontes de renda, a fim

de garantir contínuas oferendas. Desse modo se tornava possível ao templo tomar conta de seus dependentes, como descrito anteriormente.

Nas páginas anteriores, vários aspectos das principais instituições da Babilônia, templo e palácio, foram discutidos. Poderíamos facilmente adicionar outros tópicos relacionados, listar os funcionários de cada instituição, as regras que deveriam ser obedecidas dentro dos limites do palácio ou então a regulamentação seguida para se tornar sacerdote. Ao invés disso, o foco foi na descrição das funções básicas na medida em que emergem da contrastante discussão dos dois universos: por exemplo, a restrita função religiosa do palácio e a supremacia econômica do palácio decorrente de seu controle dos bens de prestígio.

As duas instituições dificilmente podem ser imaginadas de forma independente uma da outra pela maior parte da histórica mesopotâmica. Mas a Babilônia passou por uma grande mudança em 539 quando o reinado do último rei caldeu Nabonidus foi encerrado por Cyrus o Grande, da Pérsia Aquemênida. A partir de então, nenhum rei babilônico local reinou sobre a Babilônia, e o fato de quase nenhuma inscrição em construção dos aquemênidas exista nos revela o fato de que a íntima relação entre o palácio e o templo tinha mudado. Com certeza não é coincidência que, depois do fim do palácio real babilônico, os templos passaram a ter uma importância maior na tradição de conhecimento na Babilônia, e que todos os estudiosos especialistas passaram a estar ligados ao templo. Somente neste momento os sacerdotes passaram a controlar a literatura babilônica e os textos acadêmicos escritos em cuneiforme, e nossas fontes documentam sua produção escrita até o primeiro século AC. Os estudiosos sacerdotes dos templos, além, se tornaram também especialistas em astronomia-astrologia, o que incluía tanto cálculos matemáticos quanto agouros para prever o impacto dos corpos celestiais. Essa ciência foi a fundação da fama que a Babilônia viria a ter, mais tarde, no Oeste (Veja Brown neste mesmo volume). Então, após uma longa tradição de coexistência entre o templo e o palácio, o templo babilônico acabou sobrevivendo ao palácio por meio milênio, desse modo desenvolvendo a cultura e o ambiente acadêmico, antes proeminentes no palácio.

## BIBLIOGRAFIA

Allinger-Csollich, W. 1998: 'Birs Nimrud II. "Tieftempel" – "Hochtempel". Vergleichende Studien Borsippa – Babylon', *Baghdader Mitteilungen* 29, 95–330.

Black, J. A. 1981: 'The New Year Ceremonies in Ancient Babylon: "Taking Bel by the Hand" and a Cultic Picnis', *Religion* 11, 39–59.

Bongenaar, A. C. V. M. 1997: *The Neo-Babylonian Ebabbar Temple at Sippar* (Leiden/Istanbul: Nederlands Instituut voor het Nabije Oosten).

Edzard, D. O. 1998: 'Name, Namengebung (Onomastik). A. Sumerisch, B. Akkadisch', *Reallexikon der Assyriologie* 9, 94–116.

George, A. R. 1992: *Babylonian Topographical Texts*. *Orientalia Lovaniensia Analecta* 40 (Leuven: Peeters).

— 1993: *House Most High. The Temples of Ancient Mesopotamia*. *Mesopotamian Civilizations* 5 (Winona Lake: Eisenbrauns).

Jursa, M. 1995: *Die Landwirtschaft in Sippar in neubabylonischer Zeit*. *Archiv für Orientforschung Beih.* 25 (Wien: Universität, Institut für Orientalistik).

Kraus, F. R. 1964: *Briefe aus dem British Museum (CT 43 und 44)*. *Altbabylonische Briefe in Umschrift und Übersetzung* 1 (Leiden: Brill).

Maul, S. M. 2003: 'Omina und Orakel', *Reallexikon der Assyriologie* 10, 45–88.

Michalowski, P. 1993: 'On the Early Toponymy of Sumer: A Contribution to the Study of Early Mesopotamian Writing', in: A. F. Rainey *et al.* (eds), *kinattātu s'a darāti. Raphael Kutscher Memorial Volume* (Tel Aviv: University, Institute of Archaeology) 119–135.

Moran, W. L. 1992: *The Amarna Letters* (Baltimore, MD and London: Johns Hopkins University Press).

Pongratz-Leisten, B. 1994: *Ina s̄ulmi īrub. Die kulttopographische und ideologische Programmatik der akītu-Prozession in Babylonien und Assyrien im I. Jahrtausend v. Chr.* Baghdader Forschungen 16 (Mainz: Zabern).

Postgate, J. N. 1992: *Early Mesopotamia. Society and Economy at the Dawn of History* (London and New York: Routledge).

——— *et al.* 2004: ‘Palast’, *Reallexikon der Assyriologie* 10, 195–276.

Radner, K. (2006): *Die Macht des Namens. Altorientalische Strategien zur Selbsterhaltung* (Wiesbaden: Harrassowitz).

Renger, J. 2004: ‘Palastwirtschaft’, *Reallexikon der Assyriologie* 10, 276–280.

Sallaberger, W. 1999: ‘Wenn Du mein Bruder bist, . . .’. *Interaktion und Textgestaltung in altbabylonischen Alltagsbriefen.* Cuneiform Monographs 16 (Groningen: Styx).

——— 2004: ‘Pantheon’, *Reallexikon der Assyriologie* 10, 294–308. ——— and F. Huber-Vulliet 2005: ‘Priester’, *Reallexikon der Assyriologie* 10 (in print).

van Driel, G. 2005: ‘Pfründe’, *Reallexikon der Assyriologie* 10.

Veenhof, K. R. 2003: ‘Fatherhood is a Matter of Opinion. An Old Babylonian Trial on Filiation and Service Duties’, in: W. Sallaberger *et al.* (eds), *Literatur, Politik und Recht in Mesopotamien. Festschrift für Claus Wilcke* (Wiesbaden: Harrassowitz) 313–332.

Westbrook, R. (ed.) 2003: *History of Ancient Near Eastern Law.* Handbook of Oriental Studies 72 (Leiden: Brill).

Zettler, R. L. 1992: *The Ur III Temple of Inanna at Nippur.* Berliner Beiträge zum Vorderen Orient 11 (Berlin: Reimer).